

MINISTÉRIO DA CULTURA

1 9 0 8

Do Regicídio à ascensão do Republicanismo

Apresentação

JORGE COUTO

Coordenação

MANUELA RÊGO

Mostra bibliográfica

18 de Fevereiro a 24 de Maio de 2008

BNP

BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

Lisboa – 2008

Coordenação, organização e pesquisa

MANUELA RÊGO

Revisão

ROSÁRIO DIAS DIOGO

Capa

HUMBERTO CALDEIRA

«O atentado de 1 de Fevereiro»,
reconstituição do *Petit Journal Illustré*, 16 Fev. 1908
Ilustração Portuguesa. Lisboa. 106 (2 Mar. 1908)

Preservação e restauro

DIVISÃO DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Maquetização e montagem da exposição

SERVIÇO DE ACTIVIDADES CULTURAIS

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na publicação

1908 : do Regicídio à ascensão do Republicanismo : mostra bibliográfica / [org.] Biblioteca Nacional de Portugal ; apresent. Jorge Couto ; coord. Manuela Rêgo. – Lisboa : BNP, 2008. – 137, [3] p. : il.

ISBN 978-972-565-425-5

I - PORTUGAL. Biblioteca Nacional de Portugal

II - COUTO, Jorge, 1951-

III - RÊGO, Manuela, 1952-

CDU 94(469)''1908''(01)

323(469)''1908''(01)

017.1

061.4

A Biblioteca Nacional de Portugal agradece a

AQUILINO RIBEIRO MACHADO | LUÍS SÁ | MARIA JOSEFA CAMPOS

Do Regicídio à ascensão do Republicanismo

JORGE COUTO

9

O ano de 1908

MANUELA RÊGO

21

CRONOLOGIA DO ANO DE 1908

Janeiro

Iniciativas	HOMEM CRISTO FILHO	30
Um livro escandaloso	PINHEIRO CHAGAS	34

Fevereiro

Os acontecimentos	BRITO CAMACHO	39
Uma carta de Aquilino Ribeiro	AQUILINO RIBEIRO	42
Palavras de Junqueiro	GUERRA JUNQUEIRO	48

Março

As verdades cruéis	JOÃO CHAGAS	59
O hábito de ler	ANA DE CASTRO OSÓRIO	62

Abril

A matança de 5 de Abril	ARTUR LEITÃO	70
-------------------------	--------------	----

Maiο

Uma coroa... de espinhos	CAMPOS LIMA	81
--------------------------	-------------	----

Junho		
Acções em vez de palavras	JOÃO DE DEUS RAMOS	87
Julho		
Jardins-de-infância	LADISLAU PIÇARRA	92
Agosto		
Os Sargentos	ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA	99
Dos «Sonetos malcriados»	GOMES LEAL	101
Setembro		105
Outubro		
Carta de José Luciano de Castro ao rei D. Manuel II	JOSÉ LUCIANO DE CASTRO	109
Novembro		113
Dezembro		
Carta ao rei D. Manuel	JOÃO CHAGAS	117

OUTRAS OBRAS EXPOSTAS

Monografias

131

Algumas obras publicadas em 1908

135

Publicações periódicas

137

Do Regicídio à ascensão do Republicanismo

Na prossecução do plano, iniciado em 2007, de organizar uma mostra documental de cariz anual que culminará, em 2010, com uma exposição alusiva ao Centenário do 5 de Outubro, a Biblioteca Nacional de Portugal edita o presente catálogo referente ao ano de 1908, que se viria a revelar fatídico para a Monarquia Constitucional devido ao assassinio do monarca e do herdeiro do trono e à consistente ascensão do Movimento Republicano.

As causas dos tumultuados acontecimentos que marcaram indelevelmente o ano de 1908 têm origem em período mais recuado, podendo balizar-se, globalmente, entre 1890 – marcado pelo Ultimato Inglês – e 1906 – assinalado pela nomeação do governo de João Franco.

O início do reinado de D. Carlos I (Outubro de 1889) praticamente coincidiu com a abolição do Império no Brasil. O 15 de Novembro – curiosamente a data em que nasceu o infante D. Manuel, último rei de Portugal – liderado por oficiais de unidades militares do Rio de Janeiro doutrinados por mestres positivistas, em que avultava Benjamim Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), afastou do trono o ramo brasileiro da Casa de Bragança, apesar do afecto que a maioria do povo brasileiro dedicava ao imperador D. Pedro II (1841-1889), tio-avô do novo monarca luso. Tratou-se de um importante golpe simbólico para os monárquicos portugueses, constituindo, paralelamente, um significativo incentivo para os republicanos que passavam a contar com o exemplo brasileiro como instrumento de propaganda. O aproveitamento pelos republicanos portugueses da Implantação da República no Brasil encontra-se bem patente nos artigos panfletários publicados por Meira e Sousa em *O País*, em que afirma «Venha a Revolução, venha a República! Quando entrar em Lisboa o Presidente do Brasil que encontre já a recebê-lo num abraço fraterno e extremoso, o Presidente da República Portuguesa». Contribuiu, ademais, para o reforço das relações já existentes entre positivistas dos

dois países, em que Teófilo Braga e Benjamim Constant desempenharam papel fundamental.

Ainda não tinha subido ao trono há três meses (foi aclamado oficialmente a 28 de Dezembro) e já o novo Rei era confrontado com o *Ultimatum* (10 de Janeiro de 1890), o mais grave conflito internacional que Portugal enfrentou na segunda metade de Oitocentos, em parte devido a projectos megalómanos que chocavam com as pretensões imperiais britânicas – agravados pelo facto de serem insusceptíveis de concretização devido à dimensão dos recursos que exigiam e, ainda, à inabilidade com que Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros, conduziu o assunto que se arrastava desde Novembro de 1887.

A reunião urgente do Conselho de Estado, realizada a 11 de Janeiro, sob a presidência do monarca, cedeu a quase todas as exigências do governo de Lorde Salisbury. A decisão – a única possível, uma vez que não haviam sido tomadas atempadamente medidas adequadas para evitar uma situação de conflito aberto com a maior potência marítima e imperial da época – inflamou a opinião pública e suscitou numerosas manifestações de fervor patriótico, em que se salientam a criação, no Porto, da Liga Patriótica do Norte, presidida por Antero de Quental e secretariada por Sampaio Bruno e Basílio Teles, e o aparecimento de *A Portuguesa*, da autoria de Henrique Lopes de Mendonça e Alfredo Keil.

O furor popular provocou a queda do gabinete progressista, substituído, a 14, por um governo regenerador chefiado por António de Serpa Pimentel, assumindo Ernesto Hintze Ribeiro a pasta dos Negócios Estrangeiros. Encetaram-se, então, negociações diplomáticas luso-britânicas que se concretizaram, a 20 de Agosto, com a assinatura do Tratado de Londres. O documento fixava os limites de Angola e Moçambique e constituía a certidão de óbito do Mapa Cor-de-Rosa. A indignação pública conduziu, por seu turno, a 18 de Setembro, à demissão do gabinete regenerador.

O envolvimento dos dois partidos da Monarquia Constitucional na escaldante questão da delimitação dos territórios ultramarinos obrigou o Rei, depois de difíceis negociações, a nomear, a 13 de Outubro, um governo independente, chefiado pelo prestigiado general João Crisóstomo.

A solução não se revelou estável e, a 21 de Maio do ano seguinte, o mesmo militar constituiu novo governo, desta feita com a participação de regeneradores, opção que demonstrou ser igualmente frágil.

O ano de 1891 foi, provavelmente, o mais conturbado que Portugal enfrentou na segunda metade de Oitocentos. As dificuldades iniciaram-se com a revolta republicana do Porto (31 de Janeiro), agravaram-se com a assinatura do Tratado de Lisboa (28 de Maio) em que o país cedeu à Inglaterra vastos territórios africanos e culminaram com a crise financeira de que resultou a bancarrota parcial (declarada em Julho) e a subsequente estagnação do crescimento económico.

A conjugação de uma tal cascata explosiva de acontecimentos desprestigiantes e com graves consequências para a situação das populações, sobretudo as urbanas, mais duramente afectadas pela crise, provocou, além de uma instabilidade governativa quase permanente, uma erosão irreversível no prestígio das instituições monárquicas, incluindo o soberano que subira ao trono há menos de um ano, uma vez que, aos olhos da opinião pública, se revelavam totalmente incapazes de defender os interesses do país, de o governar com competência e de promover o seu desenvolvimento.

Em 1892, o monarca confiou, por duas vezes (17 de Janeiro e 13 de Junho), ao independente José Dias Ferreira a chefia do executivo, o da “Vida Nova”, propugnado por Oliveira Martins, tendo ambos fracassado rapidamente, uma vez que não dispunham de apoio no sistema político e na imprensa, dependendo exclusivamente do suporte régio.

No início de 1893, regressou-se ao sistema do rotativismo entre os partidos tradicionais, que viria a cessar, em Maio de 1906, com a nomeação de João Franco, líder do Partido Regenerador Liberal (agrupamento resultante de uma cisão no Partido Regenerador), fundado em 1901, devido à instabilidade política endémica e à incapacidade de resolver os graves problemas do país.

O novo monarca nunca conseguiu concitar grande simpatia no país, ao contrário do pai que gozava de afeição popular devido, nomeadamente, à sua bonomia. D. Carlos, pelo contrário, era detentor de uma

personalidade mais vincada, porte altaneiro, tendências autoritárias e gostos mundanos.

A imagem do novo monarca ficou indelevelmente ligada à cedência ao *Ultimatum*, ao desprestígio e à falência do sistema rotativo, vigente desde a Regeneração, e à crise económica. O Rei averbou a seu favor apenas os sucessos nas campanhas de África, mas que surgiram sempre, no ideário urbano, como compensações menores face à humilhação inglesa e à perda de territórios que, na realidade, os portugueses apenas tinham recentemente explorado, não tendo, nunca, aí exercido qualquer domínio ou actividade.

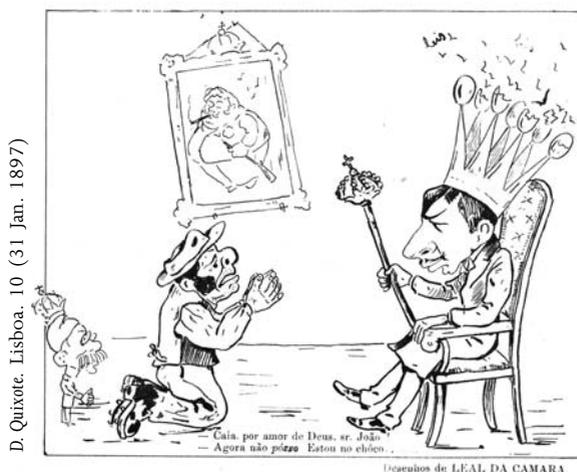
As frequentes visitas que o monarca e membros da Família Real efectuaram ao estrangeiro e as numerosas personalidades que foram oficialmente recebidas em Portugal revelam o exercício de uma actividade diplomática da maior relevância numa conjuntura internacional complexa, em que se acastelavam no horizonte as tensões que viriam a explodir, decorridos alguns anos, na Primeira Guerra Mundial, bem como da defesa das possessões ultramarinas lusas cobiçadas pelas grandes potências, sobretudo a Alemanha, a Inglaterra e a França, a que acresciam os projectos de anexação acalentados por Espanha. Afonso XIII chegou a propor às grandes nações a cedência das colónias portuguesas em troca da aquiescência face à integração de Portugal no seu reino. Afinal, nem viria a ganhar Portugal e acabaria, também, por perder o próprio trono. Estas actividades, que se revestiam da maior importância para a autonomia do país e a defesa dos seus interesses, não eram compreendidas sobretudo pelos habitantes das cidades mais populosas, uma vez que, envolvendo grande aparato, surgiam aos seus olhos como ostentação e desperdício, quando sentiam duras dificuldades em assegurar a sobrevivência quotidiana.

O estilo de vida do monarca, que participava em numerosas actividades sociais em que convivia apenas com as elites, contribuiu para criar uma imagem de fausto que contrastava com a vida quase miserável com que se debatia a maioria dos cerca de 4 600 000 portugueses. As fotografias de época mostram gente do povo muito pobre, com as marcas das privações no rosto, de estatura muito baixa, e crianças esqueléticas e

descalças. O gritante contraste entre a imagem do Rei, obeso e desfrutando dos prazeres da vida, e a da maioria do seu povo, tornava mais evidente, num período de agudas dificuldades, as profundas desigualdades de uma sociedade de que o soberano era o expoente.

Nem as notáveis expedições oceanográficas (num total de doze), realizadas a bordo do iate *Amélia*, que muito contribuíram para aprofundar o conhecimento das espécies que povoavam a costa portuguesa e de que resultou a fundação do Aquário de Algés (actual Vasco da Gama), nem os estudos sobre a ornitologia (de que publicou dois volumes do *Catálogo Ilustrado das Aves de Portugal*), nem os seus dotes de pintor apaixonado pelo mar e pelas paisagens do seu país, contribuíram para atenuar o desafecto de muitos dos seus súbditos. São aspectos actualmente muito valorizados, mas que, num contexto de grandes dificuldades de sobrevivência, somente eram apreciados por um número muito restrito de pessoas.

Várias caricaturas de Leal da Câmara são ilustrativas do desprestígio que atingira a figura de D. Carlos. Na primeira, datada de 1897, intitulada o «Zé-Povinho implora a João Franco que caia», na parede figura um quadro do monarca, colocado em posição desalinhada, onde o soberano é representado como uma figura muito obesa, fumando charuto e



com uma caçadeira numa das mãos. Na segunda, publicada no primeiro número de *A Corja* (29 de Junho de 1898), intitulada «Eis a Corja», o soberano surge como figura central, em torno do qual efectuam malabarismos os principais políticos monárquicos da época, em dimensões liliputianas. De realçar, encavalitada nos bigodes do Rei, uma representação do próprio monarca encimada, em caracteres maiúsculos, pela simbólica alusão a o NOVO PARTIDO, glosa à tão debatida questão do fortalecimento do poder real. Aqui o monarca surge, simultaneamente, como responsável pela CORJA e com pretensões a exercer o poder pessoal, através da fundação de um novo partido. A mais simbólica, todavia, foi a intitulada «A point pour l'abattoir» («Pronto para o matadouro»), publicada em Paris, que representa o monarca extremamente obeso e a fumar o seu inevitável charuto.

O ano de 1908 iniciou-se em regime de ditadura, embora o Rei tivesse marcado, a 24 de Dezembro, eleições para 5 de Abril. Exceptuando os apoiantes do agrupamento de João Franco, em número relativamente reduzido no contexto do país, os restantes partidos políticos e a imprensa zurziam, em maior ou menor grau, o executivo e ridicularizavam a figura



A Corja. Lisboa. (29 Jun. 1898)

do presidente do Conselho de Ministros, mostrando-se alguns, também, particularmente agressivos para com o monarca que lhe confiara o poder e dava cobertura ao seu comportamento atrabiliário e insensato.

A capital do reino fervilhava de indignação, revolta e conspiração. As manifestações hostis ao Governo ou ao regime eram duramente reprimidas pela Guarda Municipal – cuja intervenção provocava invariavelmente mortes e feridos – enquanto carbonários e anarquistas, vigiados por numerosos efectivos policiais, efectuavam diversos atentados à bomba. Por seu turno, os dirigentes republicanos – burgueses e adeptos da ordem – conspiravam para, com o apoio de sectores militares, derrubar o regime.

Apesar do ambiente de efervescência em que se vivia, que o comportamento do governo de João Franco agravava diariamente, o Rei, em vez de procurar serenar os ânimos, pelo menos nas hostes monárquicas, ainda contribuía para os acirrar. Numa polémica entrevista publicada a 11 de Novembro de 1907 no periódico gaulês *Le Temps*, D. Carlos, na perspectiva do jornal *Correio da Noite* (edição de 21 de Janeiro de 1908), que reflectia normalmente as posições do Partido Progressista, «achincalhara os velhos partidos monárquicos, zombara dos seus mais ilustres homens públicos, classificara de gâchis o Parlamento, ameaçara-nos com o seu exército e falara do *échiquier* eleitoral, como de um tabuleiro de xadrez». Embora algumas dessas afirmações correspondessem à realidade e o sistema do rotativismo se encontrasse profundamente desacreditado, a alternativa tentada pelo Rei – a ditadura franquista – conseguira contribuir ainda mais para o desprestígio do regime. O articulista aconselhava lucidamente o soberano a que «abrisse os olhos, que visse o que se passava, reflectisse, um pouco, nos perigos iminentes, que a cada instante se avolumavam em volta da sua pessoa e em volta do seu trono».

A Família Real não tinha uma noção efectiva da situação de efervescência que se vivia em Lisboa e dos perigos que a espreitavam, prosseguindo nos seus hábitos de estanciar longamente em Vila Viçosa, como aconteceu praticamente durante todo o mês de Janeiro.

A 15 desse mês foi publicado, na capital, um romance, *O Marquês da Bacalhoa*, da autoria de António de Albuquerque. A obra, que surgiu como

edição de autor, apresenta falsos elementos de identificação destinados a iludir a polícia e a eximir o proprietário da tipografia de inevitáveis processos judiciais, referindo que havia sido produzida na Imprimerie LIBERTÉ, em Bruxelas. O rosto ostenta uma ilustração colorida que representa um homem bastante obeso, com um chapéu de lavrador e a fumar um longo charuto. A semelhança entre a pequena gravura e a figura de D. Carlos era imediata, não deixando a mínima dúvida quanto à identificação da personagem central do livro.

O romance constituiu um enorme êxito editorial, tendo sido «rapidamente vendido com um destes sucessos de mercado, raríssimos entre nós» (6000 exemplares) em cerca de 48 horas, até ter sido objecto de proibição. Tratava-se de «um livro escandaloso» como defendia, na edição de o *Correio da Noite*, de 21 de Janeiro, o autor de um artigo homónimo, eventualmente Pinheiro Chagas, publicado na presente colectânea. A obra atacava virulentamente a dignidade da Família Real, atingindo particularmente a honorabilidade da Rainha. O articulista, que a si próprio se considera um representante na imprensa de um dos velhos partidos monárquicos [o Progressista], espanta-se com a incapacidade da polícia, em pleno regime de ditadura, para impedir que, durante mais de 48 horas, numa cidade tão pequena como Lisboa, circulasse livremente, como era do conhecimento de todos, um «livro escandalosíssimo» que concorria para o «desmanchar de feira, em que o prestígio das instituições e da família que a representa e simboliza, é amarfanhado e vilipendiado, da forma mais atroz e descaróável». Anos mais tarde (em 1924), o seu autor viria a impetrar o perdão da Rainha exilada pela forma soez como havia denegrado a sua reputação, pedido que foi aceite magnanimamente por D. Amélia.

O facto de uma obra deste jaez ter obtido, num tão curto espaço de tempo, um sucesso inaudito em Lisboa, é bem representativo do profundo sentimento de hostilidade à ditadura franquista vigente na capital e que, mercê do apoio incondicional que o soberano lhe concedia, se havia alargado à família reinante e ao próprio regime monárquico.

Aproveitando o clima de descontentamento generalizado que se vivia no país, sobretudo nos principais meios urbanos, alguns dos mais influen-

tes e dinâmicos dirigentes republicanos (Afonso Costa, António José de Almeida, João Chagas e Luz de Almeida, entre outros) organizam um golpe revolucionário destinado a derrubar a Monarquia. O movimento, previsto para 28 de Janeiro, foi denunciado por um dos participantes na sua organização, tendo os seus dirigentes sido presos. Na sequência desta fracassada tentativa de golpe de Estado, o governo de João Franco elaborou um projecto de decreto que previa a deportação para o Ultramar dos indivíduos que atentassem contra a segurança do Estado.

Afastado do palco dos acontecimentos, no seu refúgio venatório predilecto (Vila Viçosa), D. Carlos hesitou, mas acabou por apor a sua assinatura no diploma franquista. O decreto, devido à sua dureza inusitada, causou grande agitação, sobretudo nos meios republicanos e nos seus elementos mais extremistas, agrupados na Carbonária.

O Rei decidiu regressar a Lisboa quer para mostrar que não temia os republicanos, quer para afirmar a solidez da Monarquia, tendo, em simultâneo, ordenado expressamente que lhe enviassem um landau, em substituição dos automóveis que habitualmente utilizava, de modo a demonstrar que enfrentava os oposicionistas de peito aberto.

Quando foi anunciado em Lisboa que a Família Real chegaria à capital a 1 de Fevereiro, alguns dirigentes republicanos e a Carbonária planearam rapidamente um atentado, tendo-se o Visconde da Ribeira Brava, conhecido militante republicano, encarregado de adquirir as espingardas destinadas à emboscada. Quando a viatura que transportava os reis e os seus dois filhos dobrava a esquina do Terreiro do Paço com a rua do Arsenal foi alvejada. D. Carlos e o príncipe real D. Luís Filipe perderam a vida, varados pelas balas disparadas pelos carbonários Manuel Buiça (professor primário e antigo sargento de cavalaria) e por Alfredo Costa, que ainda conseguiram ferir o infante D. Manuel num braço. Este escapou com vida devido à trajectória da bala ter sido desviada pela corajosa atitude da rainha D. Amélia, que defendeu o filho com um ramo de flores.

Terminou, assim, em crime, como profetizara, no ano anterior, Júlio de Vilhena, chefe do Partido Regenerador, a ditadura de João Franco e o envolvimento pessoal do monarca na política activa.

O Regicídio provocou espanto, mas pouca comoção entre o povo, sobretudo o de Lisboa. A observação das fotografias dos funerais régios, realizados a 8 desse mês, é ilustrativa da pompa e do mundo oficial, mas não revela grandes aglomerações, nem sinais de significativa emoção. Trata-se, naturalmente, de indícios evidentes de que o monarca não era uma personagem querida, pelo menos entre a maioria da população da capital. Nem o facto de levar consigo para o panteão real um jovem príncipe, seu presuntivo herdeiro, conseguiu concitar mais evidentes manifestações de comiseração. Em contrapartida, uma romagem à sepultura dos regicidas, no Alto de São João, organizada pela Associação do Registo Civil, conseguiu congregiar, segundo fontes da época, cerca de 80 000 pessoas. Este assunto foi alvo de polémica entre os jornais monárquicos e republicanos, de que o artigo intitulado «As verdades cruéis», da autoria de João Chagas, publicado na edição de 12 de Março de *O Mundo*, um influente diário republicano, é exemplificativo.

Com a subida ao trono de D. Manuel II (1908-1910), verificou-se uma mudança radical na orientação política do reino. A família reinante que, à excepção do soberano assassinado, detestava João Franco, considerou a política do chefe do executivo responsável pela catástrofe que a atingira. O novo monarca demitiu-o rapidamente, tendo nomeado um novo gabinete, de concentração partidária, no dia 4, que ficou conhecido como governo de “Acalmação”, chefiado por Ferreira do Amaral, com o propósito de serenar os ânimos e de repor a normalidade constitucional. Foi reintroduzida a liberdade de imprensa, tendo reaparecido diversos jornais suspensos, libertados dirigentes republicanos e decretada uma amnistia aos marinheiros implicados nas revoltas de 8 e 13 de Abril de 1906. Além disso, o novo presidente do Conselho de Ministros acordou com os dirigentes dos partidos progressista e republicano a realização de eleições legislativas e municipais ainda no decurso desse ano.

Apesar das medidas pacificadoras tomadas pelo primeiro gabinete de D. Manuel II, prosseguiram os distúrbios em Lisboa que provocaram a morte de cidadãos, o encerramento de periódicos e a prisão de jornalistas. No campo político monárquico, as tréguas foram de curta duração. A 7 de Dezembro, Júlio de Vilhena declarou a sua oposição ao

governo de Ferreira do Amaral, propondo-se formar novo ministério. A tal pretensão se opuseram José Luciano de Castro e Campos Henriques. Mas o gabinete saiu fragilizado da controvérsia, caindo a 19 desse mês, sendo substituído, a 26, por um novo governo chefiado por Campos Henriques.

Os partidos monárquicos, definitivamente, nada haviam aprendido com a crise política generalizada que afectava o país desde 1890, persistindo nas mesmas práticas que acabaram por institucionalizar a instabilidade governativa. Em 1908, Portugal conheceu três governos, todos chefiados por políticos diferentes. Um sistema eleitoral muito restritivo, manipulado por caciques locais, impedia qualquer reforma profunda do modelo constitucional monárquico, retirando-lhe capacidade de regeneração e deixando, assim, campo aberto a todos os que defendiam que a solução dos problemas do país residia na mudança de regime.

A difusão dos ideais republicanos intensificou-se, tendo-se realizado numerosos comícios pelo país, não se circunscrevendo apenas aos centros urbanos (Lisboa, Porto, Braga, Viseu ou Viana do Castelo), mas alargando-se a concelhos rurais como Sobral de Monte Agraço, Coruche, Golegã, Cadaval, Alenquer, Chaves, Vila Nova de Ourém, Seixal ou Moita. A 5 de Abril realizaram-se eleições legislativas de que resultou a eleição de mais três deputados republicanos, ficando, assim, o grupo parlamentar do Partido Republicano constituído por sete membros. Paralelamente, prosseguiu o movimento de criação de centros republicanos em sedes de concelho da província como foram, por exemplo, os casos de Bombarral, Abrantes ou Grijó.

A realização de eleições municipais, a 1 de Novembro, proporcionou uma retumbante vitória ao Partido Republicano em Lisboa, onde conseguiu eleger todos os vereadores. A 29 do mesmo mês, realizaram-se as eleições paroquiais, que permitiram aos republicanos obter novos sucessos, sobretudo em locais situados na Estremadura e no Ribatejo (Alhandra, Almada, Arruda dos Vinhos, Belas, Benavente, Colares, Oeiras, Sacavém, Vendas Novas e Vila Franca de Xira). Estas eleições são demonstrativas do domínio esmagador do republicanismo na capital,

bem como da sua pujança em algumas localidades dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, mas, simultaneamente, da sua grande debilidade no resto do país.

Além das questões políticas e de regime, ressalta das páginas dos jornais republicanos, em 1908, a atenção dedicada a um tema que viria a constituir uma das preocupações fundamentais da Primeira República: a Educação. Logo em Janeiro, Homem Cristo Filho publica, em *O País*, o artigo «Iniciativas», em que, a propósito da defesa da “emancipação feminina”, realça a importância da decisão tomada pela pedagoga Maria Veleda de criar dois cursos gratuitos para mulheres em Centros Republicanos, em que ensinava «as suas discípulas a ler, escrever e contar». Em Junho, João de Deus Ramos, em *A Vanguarda*, escarpaliza, no artigo «Acções em vez de palavras», a importância da «escola infantil», num país em que quatro quintos da sua população era analfabeta. No mês seguinte, Ladislau Piçarra dedica, em *A Luta*, um longo texto à discussão do modelo e da função dos jardins-de-infância, considerando a sua inexistência «uma lamentável ausência de um patriotismo verdadeiro e sincero».

Numa «Carta ao rei D. Manuel aproveitando a ocasião da sua visita ao Norte», publicada autonomamente e datada de 10 de Dezembro, João Chagas analisa as origens da monarquia liberal, as características do sistema rotativista, as raízes dos seus bloqueios, bem como as causas da grave crise que Portugal atravessava. Avisa que, apesar das ilusões que o sucesso da visita do jovem monarca ao Porto suscitaram, o trono estava perdido e nada nem ninguém o salvaria da sua irremediável ruína. O publicista observa o reagrupamento de sectores monárquicos da sociedade, nos quais o clero desempenhava um importante papel – rotulando-os de reaccionários – em torno da defesa do regime, concluindo que «V. M. foi malgrado pela história e não há esforço humano que o faça vingar». Menos de dois anos decorridos, os factos viriam comprovar as previsões de um dos mais lúcidos políticos republicanos.

JORGE COUTO

Director-Geral da Biblioteca Nacional de Portugal

O ano de 1908¹

O acontecimento que marca este ano de 1908 é o Regicídio. As palavras que Júlio de Vilhena proferiu em 1907 – «Isto termina fatalmente por um crime ou por uma revolução» – mostram-se premonitórias: o crime tem lugar no dia 1 de Fevereiro de 1908 e a revolução dar-se-á em 5 de Outubro de 1910. É ainda o ano em que os republicanos, depois de vencerem as eleições legislativas em Lisboa, em Abril, ganham a Câmara Municipal da capital, em Novembro.

Entretanto, os factos sucedem-se e a vida acontece. Em Março parte uma expedição para a Guiné, integrada nas campanhas de África. É inaugurada a linha-férrea entre Aldegalega e o Pinhal Novo, têm início as obras de aproveitamento do Rio Lima e abre a Estação Eléctrica da Junqueira. Em Sintra, é inaugurada a luz eléctrica e encerra o estabelecimento de banhos. Em sua memória, o local passou a denominar-se Volta do Duche.

O liceu Maria Pia, em Lisboa, a «única escola secundária oficial para educação de meninas» (*O Século*) tem 358 alunas matriculadas. No início de Outubro, abre a primeira cantina escolar na escola oficial de S. Sebastião da Pedreira.

O Duque de Abruzzos visita Portugal, em Janeiro, e Hermes da Fonseca, ministro da Guerra do Brasil, vem a Lisboa, em Agosto. No Auto Palace patina-se duas vezes por semana, naquela que *O Século* considera «a mais elegante das reuniões desportivas» (12 Jan. 1908), enquanto *Os Sports* refere que essas sessões de patinagem constituem o «ponto de encontro da nossa sociedade elegante» de Lisboa (12 Fev. 1908), a qual, ainda, se diverte na Batalha das Flores – que se realiza

¹ Esta pesquisa foi efectuada nos seguintes periódicos: *Ilustração Portuguesa*, *Serões*, *Correio da Noite*, *Diário de Notícias*, *O Mundo*, *O País*, *República*, *Os Rídiculos*, *O Século*. Suplemento humorístico, *Vanguarda*, *A Voz Pública*, bem como em alguns almanaques. Não conseguimos consultar alguns jornais como *O Dia*, por não estarem disponíveis.

JANEIRO

Jan.	Portugal	Internacional
2	Morte de D. João da Câmara.	
4		Mulai Hafid é proclamado sultão de Marrocos.
6	D. Carlos parte para Vila Viçosa.	
9		Nasce Simone de Beauvoir.
10	João Chagas discute com o Visconde da Ribeira Brava os planos para a revolta do 28 de Janeiro.	
11	D. Carlos vem a Lisboa e regressa ao Alentejo no dia 13. É rezada a primeira missa na nova Igreja dos Anjos (Lisboa).	
12	Aquilino Ribeiro evade-se da Esquadra do Caminho Novo, onde se encontrava detido desde 16 de Novembro de 1907.	
15	É publicado <i>O Marquês de Bacalhoa</i> , de António de Albuquerque, prontamente proibido, mas que vende 6000 exemplares.	
20	A polícia invade os Armazéns Leal, na Rua das Portas de Santo Antão, à procura de armas, que, entretanto, são retiradas do local.	
21	João Chagas e França Borges são presos.	
23	Manuel Mendes Godinho começa a adquirir os lagares e moinhos da Ribeira da Vila de Tomar. Cinco anos mais tarde serão todos seus.	



Ilustração Portuguesa. Lisboa.
103 (10 Fev. 1908)

A Republica. Lisboa. (13 Abr. 1908)

ARMAZENS "LEAL,"
74, Palacio Rus Santo Antão
TEL. 2000-2001

Lindas mobílias de quarto de cama, sala de jantar e escrivanha. (Ótima industria nacional).

Mobílias para sala em varios estilos.
Tapetes e cortinas.

Mobiliário para casas elegantes.

Móveis antigos e de arte, bronzes, bacias, espejos, etc.

Accão na a garantia de todas as cosas particulares.

Recebem-se moveis para vendas em leilão.

-
- 25 Luz de Almeida é preso no Largo da Estrela, em Lisboa. Morre Louise de la Ramée, Quida.
-
- 27 Bernardino Machado apela à «alma livre e heróica do povo português».
-
- 28 Tentativa de golpe revolucionário para derrubar a Monarquia. Uma denúncia leva à prisão dos chefes (Luz de Almeida, Afonso Costa, Egas Moniz, João Chagas e António José de Almeida), o que determina o fracasso do movimento.
-
- 31 Decreto que prevê a deportação para o Ultramar de indivíduos que atentem contra a segurança do Estado.
-

O Século. Lisboa. (1 Jan. 1908)

SAPATARIA DA MODA

A mais chic, escolhida e completa
colleccão de calçados
em diversos estylos para senhoras,
homens e crianças

Este estabelecimento, ampliado ultimamente, é o que tem maior surtimento de calçado já feito, sendo o calçado mais fino ao de preços mais baratos, onde o cliente encontra colleccões em todas as medidas, evitando a demora na execução por encomenda.

CALÇADO DE INTEIRA NOVIDADE

FEITO EM FORMAS AMERICANAS

Este calçado é recommendavel pela commodidade que offerece e maior duração

Calçado para todos os preços

VICTOR GOMES & PEDROSO

108, RUA AUGUSTA, LOJA E 1.º ANDAR

ENVIAM-SE CATALOGOS A QUEM REQUISITAR

Palavras de Junqueiro

Meus amigos:

Antes de ontem em viagem, regressando de Espanha, li por acaso no *Notícias de Lisboa*, do dia 5, um telegrama de Salamanca a meu respeito, com declarações que não fiz e ideias que me não pertencem.

Deduzia-se do telegrama que eu amaldiçoara o atentado, julgando por ele comprometida a causa da República.

É falso.

A um ilustre espanhol, meu amigo, um dos primeiros a interrogar-me sobre a formidável tragédia, respondi o seguinte:

«Não mataram o Rei: suicidou-se¹. O Rei era um monstro maléfico, perturbador consciente de quatro milhões de criaturas. Se eu pudesse matá-lo em segredo, de longe, da minha cama, com o pensamento, não o mataria. Pela verdade, tenho a coragem de acusar. Talvez chegasse, não sei bem, até à coragem de morrer. Matar, não mataria nunca.

«O Partido Republicano nem organizou, nem aconselhou o atentado. O atentado foi obra única de dois homens. E, contudo, as balas de morte partiram da alma da nação. Foi um atentado nacional. Um raio esplêndido e pavoroso, exterminador e salvador. O raio condensou-se em duas almas, apenas, mas a electricidade que o gerou saiu da alma de nós todos. Todos nós somos cúmplices.»

Eis a impressão instantânea e fiel, que a morte do Rei me causou, ao ter dela notícia em Salamanca.

Hoje acrescentarei:

Lamento, de olhos enxutos, a execução do monarca. Mas, se tivesse o dom de o ressuscitar, não o levantaria do seu túmulo. Deploro, angus-

¹ Precisamente a mesma frase que Brito Camacho escrevia na *Luta*, talvez à mesma hora. (Nota inserida no jornal.)

tioso, a morte do Príncipe. E diante do cadáver dos homicidas, descobro-me, ajoelhando, com frêmitos de terror, lágrimas de piedade, e, porque não hei-de confessá-lo?, de admiração e de carinho. Mataram? É certo. Ferozes? Sem dúvida. Mas cruéis por amor, ferozes por bondade. Os que matam por amor, sacrificando o próprio corpo, são duros, mas são bons. Abjectos e miseráveis são os que por egoísmo e covardia, calando e cruzando os braços, deixam morrer os inocentes.

Justiça perfeita, só no perfeito amor. O santo não destrói. Mas quando o evangelho dos santos fecunda as almas nobres, ainda impuras, a misericórdia humilde converte-se de repente em combatividade heróica e generosa, que as leva ao ódio e ao extermínio, pela justiça e pelo amor. São desta família, são heróis, os dois regicidas portugueses. Libertaram, morrendo, sacrificando-se. Idealidade, valor, desinteresse, abnegação. Heróis. Mataram um grande criminoso e o seu filho inocente. É horrível. Mas para eles, na sua concepção da história, materialista e fanática, o filho do Rei era a vergonha da árvore, e a árvore de má sombra queriam cortá-la pelo tronco. Ideia bárbara e cruel. Mas a violência, desumana do acto formidável, remiram-na os algozes heróicos, lavando com o próprio sangue o sangue inocente que verteram. Mataram com atrocidade, e com atrocidade foram mortos. Exploraram a dívida, purificaram o acto. E o acto, assim purificado, surge-nos grande e luminoso na essência íntima. Deu-nos a paz que fugira da pátria, deu-nos a alegria que se evolara das almas. Libertou-nos, — harmonizou e serenou. Esses dois corpos plebeus, varados de balas, crivados de golpes, irradiam amor, afecto, descanso, para a nação inteira. Há um rei no trono. Mas hoje, nesta hora de liberdade e de clemência, pode dizer-se que são eles os dois regentes do Reino.

Seu cordial amigo,

Porto, 10.

GUERRA JUNQUEIRO

[A Voz Pública. Porto. (12 Fev. 1908), p. 1]

Dos «Sonetos malcriados»

I

Ao Cristo dos Vendilhões do Templo

Chore e grite a minha alma assim como os profetas,
ericem-se de pé os meus cabelos brancos,
revolte-se o meu peito e retalhem meus flancos
a Ira e a Indignação, como afradas setas.

Mirre-se a minha mão tal como a mão dos ascetas,
caia inerte o meu braço assim como o dos mancos,
se eu não marcar na testa, a fogo, os saltimbancos
que escarraram na Lei com as bocas abjectas!

Verta sangue a minha alma, entristeça, e dê brados,
e peça ao Cristo o seu chicote dos malvados,
num canto de ira e fel como o algoz de Luís Onze,

canto de ira e aflição como cidade em peste,
que uive como o azorrague e o pranto do cipreste,
– lembre um tambor de luto e um badalo de bronze.

II

A Grande Marafona

Erga-se o tribunal do povo em plena rua,
e a Política assome, a Grande Marafona!
Sente-se como ré, perca o ar de amazona,
e o atrevido ar pimpão que o rosto lhe enfatua.

Perca o seu ar canalha e encubra a perna nua,
que ela amostra aos quartéis, forjando uma intentona
prostituindo-se aos reis, à tarimba, à dragona,
como ébria meretriz que em bambochas tressua.

Caia-lhe enfim aos pés, sobre o estrume e a calça,
seu caio, seu carmim, e essa trança postiça,
que osculam com furor famintos bucharéis.

Arranquem-lhe essa pele tão rósea e tão mimalha,
e façam dela só, nos cantos da canalha,
– um vil tambor que rufe o çá irá dos reis.

III

A Trindade Coelho

Tudo isto pela maldita política!
(Últimas palavras do suicida)

Apontaste a arma ao peito e voaste do desterro,
ao ver como Catão a Liberdade morta.
Povo chora este herói, chora-o de porta em porta,
e tu, Verdade, vai também atrás do enterro!

Que fazes tu aqui, já que o Brio é um perro,
que engraxa a bota aos reis e a Honra é firma torta
que beija o próprio enxurro e o pontapé suporta
enquanto a plebe geme em seus os seus varões de
ferro?...

Vai-te enterrar também, já que não és o que eras.
Quanto a Trindade, a ti, varão de heróicas eras,
tu vingaste-te bem desta vil gafaria!

Um tiro. Ouviu-se um tiro. Hora de ânsia e respeito;
Mas não foi a ti não, que estrangulaste o peito.
– Foste tu que furaste a tripa à Monarquia.

GOMES LEAL

[O Mundo. Lisboa. (16 Ago. 1908), p. 1]

Praça d'Alges



Os Ridículos. Lisboa. (29 Ago. 1908)

Amanhã é uma enchente
Na vasta Praça d'Alges
Com um *cartel* imponente...
Proprio p'r'atrabir os Zés!
Uns maduros d'uns barbeiros
Já fartos de escanhoar
Transformaram-se em toureiros
P'r'ó povo rir a fartar.

Má ideia ella não é
Apezar de ser bem rara
Antes façam *volapié*
Que deem *lanhos* na cara!
Saibam pois: o mestre escama
Qual Fuentes ou Guerrita
Espera o leitor e a madama
E se os não vé lá apita!